

**Fundação D Teodora Felizarda Graça Vilhena
Carvalho Fonseca**

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO : 2020

1 - Introdução

A Fundação D Teodora Felizarda Graça Vilhena Carvalho Fonseca, com sede social em Largo 27 de Agosto - Freixedas, com um capital social de 178.630,56 €, tem como atividade principal Associações culturais e recreativas. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2020.

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Fundação D Teodora Felizarda Graça Vilhena Carvalho Fonseca, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Enquadramento Económico

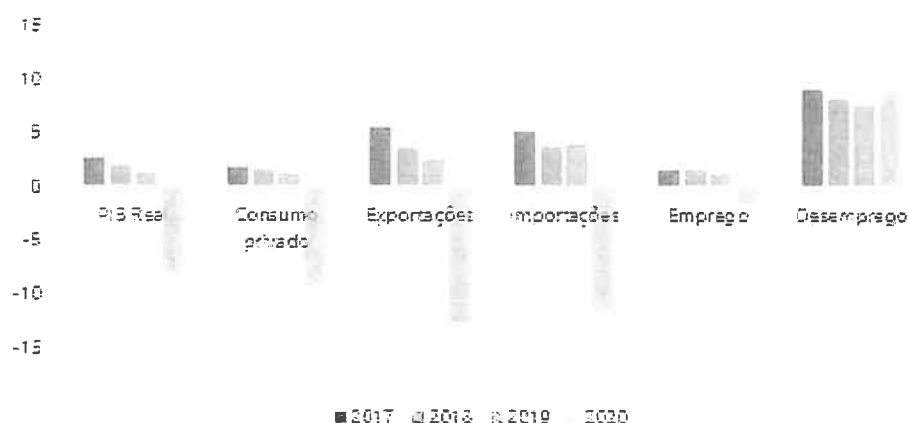
No seguimento da crise causada pelo COVID-19, a economia mundial caiu numa das mais profundas recessões desde a Grande Depressão de 1929, projetando-se que no ano passado o rendimento de cerca de 90 milhões de pessoas tenha caído para valores abaixo dos 2 dólares por dia, especialmente em regiões como a Ásia Meridional e a África Subsariana, e em particular para os grupos mais vulneráveis, incluindo mulheres e emigrantes, levando a uma regressão nos progressos que têm vindo a ser feitos para reduzir os níveis de pobreza extrema, principalmente nos países de baixo rendimento. No conjunto das economias emergentes, o rendimento per capita caiu mais de 90%, o que fez aumentar ainda mais as diferenças entre estes e os países desenvolvidos. Para além disso, o facto de as escolas terem sido fechadas poderá retroceder drasticamente os níveis de acumulação de capital humano.

Ainda assim, a atuação célere das diversas autoridades internacionais foi fundamental, tendo as medidas de política monetária e orçamental, de regulação e supervisão micro e macroprudencial permitido mitigar os efeitos negativos sobre a situação financeira das empresas e das famílias. No geral, já se começa a sentir uma moderada recuperação económica e, de forma a assegurar que esta ainda frágil recuperação acelere e que no longo prazo se transforme num crescimento económico robusto, os legisladores e decisores políticos terão de enfrentar e superar enormes desafios – na saúde pública, na gestão da dívida, na implementação das políticas orçamentais e de reformas estruturais, assim como na gestão dos bancos. Com um foco simultâneo na proteção e apoio dos mais vulneráveis, as políticas a implementar deverão também incentivar uma mudança de propósitos para a criação de um ambiente económico pós-COVID mais forte e sustentável.

Ao longo do ano 2020, a pandemia COVID-19 impactou severamente as condições financeiras dos diversos agentes económicos, nomeadamente das famílias, das empresas e dos Estados. Juntamente com a incerteza acerca do panorama económico pós-pandemia, estes agentes sentiram-se desencorajados e passaram a tomar medidas mais conservadoras, especialmente no tocante ao consumo e ao investimento.

No continente europeu, o PIB real caiu cerca de 40% no segundo trimestre de 2020, com uma maior contração nos países avançados, onde o vírus primeiramente se espalhou em comparação com os países emergentes. Este impacto poderia ter sido mais grave, se não fosse pelas medidas fiscais aplicadas pelos diversos governos para apoiar as famílias e empresas, as quais ajudaram a preservar pelo menos 54 milhões de empregos. Vários setores de serviços vitais para a economia da zona euro – em especial o turismo – permaneceram fracos, não sendo expectável uma total recuperação no curto prazo. Ainda assim, com o aumento da procura, verificou-se uma recuperação no setor produtivo. Para o total do ano, o FMI prevê uma contração de -8,3%.

Indicadores Macroeconómicos Zona Euro (FMI, dezembro 2020, variação anual em %)



No que respeita aos Estados Unidos da América, o Banco Mundial prevê uma queda de -3,6% para o conjunto de 2020. Apesar do apoio fiscal ao rendimento das famílias ter contribuído para uma recuperação no terceiro trimestre de 2020, os novos surtos do vírus rapidamente reverteram esta trajetória.

Em relação à China, esta registou uma rápida e forte recuperação, com o FMI a prever um crescimento de 1,9% para 2020. Quanto às restantes economias emergentes, 80% dos países enfrentam agora uma recessão económica causada pela pandemia, a qual fez aumentar os níveis de endividamento, que já em 2019 se encontravam em níveis historicamente altos, principalmente para as economias dependentes das exportações, cuja receita colapsou.

A incerteza sobre a intensidade e evolução da pandemia de COVID-19 prevaleceu ao longo de 2020, tendo os seus múltiplos impactos colocado desafios para a estabilidade financeira do país. Até 2019 a economia portuguesa encontrava-se num período de ajustamento e convergência com o resto da Europa, tendo-se verificado uma redução do endividamento das empresas e particulares para valores próximos da média da área do euro, assim como um excedente do saldo orçamental. Mas com a imposição de medidas de restrição, o encerramento de fronteiras e o seu condicionamento à livre circulação, verificou-se uma acentuada queda da procura e da oferta, com repercussões na situação financeira dos diversos agentes económicos.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2020 registou-se uma contração do PIB de 7,6% em volume, após um crescimento de 2,2% em 2019, refletindo os efeitos marcadamente adversos da pandemia na atividade económica. A procura interna apresentou um expressivo contributo negativo para a variação anual do PIB, após o seu contributo positivo verificado em 2019, sobretudo devido à contração do consumo privado. A procura externa também teve o seu impacto negativo, tendo-se verificado reduções intensas nas exportações e importações de bens e serviços – com uma queda de 20,1% e 14,4%, respetivamente. O setor dos serviços - destacando a diminuição sem precedentes das exportações de turismo - foi mais afetado pela crise do que a indústria transformadora. Quanto ao setor da construção, ao contrário do verificado na área do euro, este manteve-se resiliente.

A capacidade de financiamento da economia portuguesa situou-se nos 1,0% do PIB até ao 2º trimestre de 2020, refletindo um aumento de 0,1% face ao trimestre anterior. Também a capacidade de financiamento das famílias registou um aumento, de 2,2%, reflexo da diminuição de 3,7% do consumo final.

O investimento empresarial em termos nominais (FBCF empresarial) diminuiu 16,3% em 2020, com maior expressão nas grandes empresas, as quais terão cancelado ou adiado decisões de investimento e, em termos sectoriais, a indústria transformadora foi quem mais contribuiu para esta queda, com uma variação de -18,7%, visto tratar-se de uma atividade com um elevado nível de exportações. Positivamente o setor da Construção foi quem mais contribuiu, com um aumento de 9,6%. Quanto ao investimento total, deverá corresponder a uma taxa de variação de -4,1%.

Em relação ao emprego, para o conjunto do ano o INE aponta para uma taxa de desemprego de 6,8%, um aumento de 0,3% face a 2019, o que representa um aumento de 3,4% da população desempregada e uma diminuição de 2% da população empregada.

As medidas de apoio às empresas – em particular o regime de layoff simplificado – e de apoio aos trabalhadores independentes, permitiram controlar os níveis de desemprego ao longo do ano. Estas medidas, em conjunto com o reforço dos estabilizadores automáticos juntamente com várias medidas de apoio direto ao consumo de bens de primeira necessidade e ainda os programas de moratória, contribuíram para a manutenção do rendimento e da estabilização social das famílias mais afetadas pela redução da atividade económica.

A alteração ao comportamento habitual das famílias levou a uma queda do consumo privado para 6,8%, segundo projeções do Banco de Portugal. Já o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou em 2020 uma variação média anual nula, enquanto que o IHPC registou uma taxa de variação média de -0,1%.

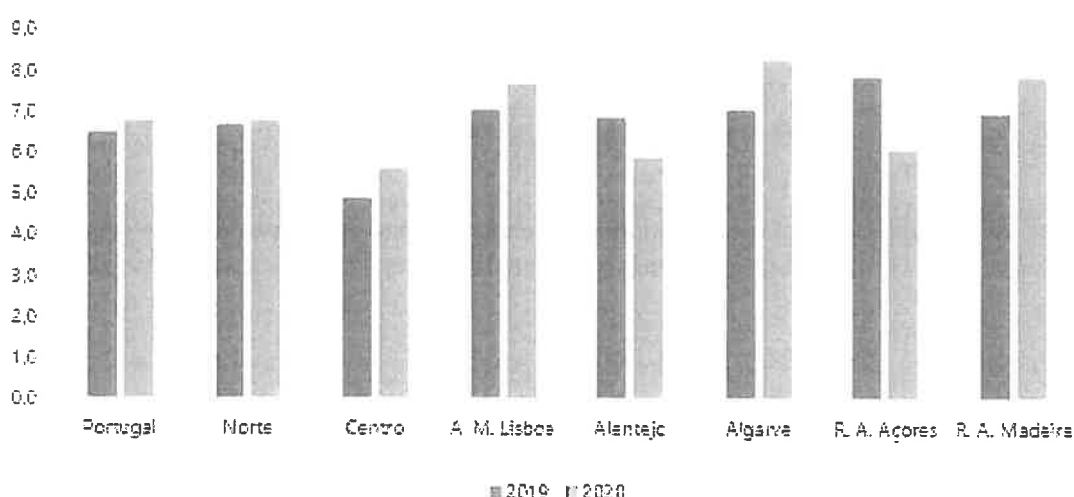
No primeiro semestre de 2020, a rentabilidade do sistema bancário português diminuiu para valores próximos de zero, situando-se em linha com a média da área do euro, tendo concorrido para este resultado o aumento das perdas por imparidade para crédito e a redução dos resultados de operações financeiras.

Quanto às administrações públicas, no conjunto do primeiro semestre de 2020 registou-se um saldo de -5,4% do PIB, comparando com -1,2% em igual período de 2019. No terceiro trimestre de 2020, o rácio de dívida pública situou-se em 130,6% do PIB, o que representa um aumento de 13,4% face a dezembro de 2019.

Na colocação de dívida de curto prazo, a taxa de juro média das emissões de bilhetes de Tesouro passou de -0,3% no primeiro semestre de 2020 para -0,5% no segundo semestre. Já nas emissões de longo prazo, a taxa de juro média da colocação de obrigações de Tesouro a 10 anos atingiu 0,8% na primeira metade de 2020, em contraste com os 0,3% verificados a partir de julho.

No primeiro semestre de 2020 observou-se uma redução de 8,6% da despesa com juros das administrações públicas face ao período homólogo. Adicionalmente, o impacto do pacote de estímulo para 2020 (2,7% do PIB) situou-se abaixo da estimativa para a média da área do euro (4% do PIB), o que resulta numa menor deterioração do saldo orçamental por esta via. Ainda assim, o elevado endividamento público representa uma vulnerabilidade no médio prazo.

Taxas de desemprego por região
INE, Estatísticas do Emprego, Fevereiro 2021

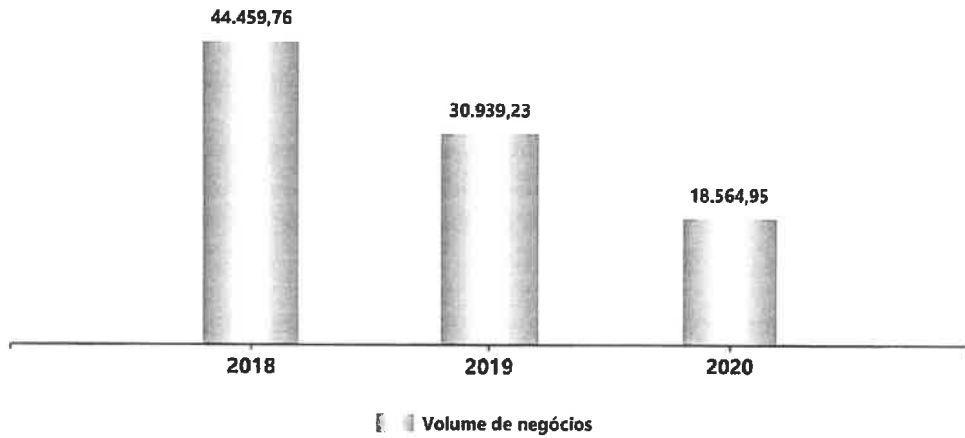


3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2020 os resultados espelham uma evolução negativa da atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 18.564,95 €, representando uma variação de (39,99)% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:

Evolução Vendas e Prestações Serviços

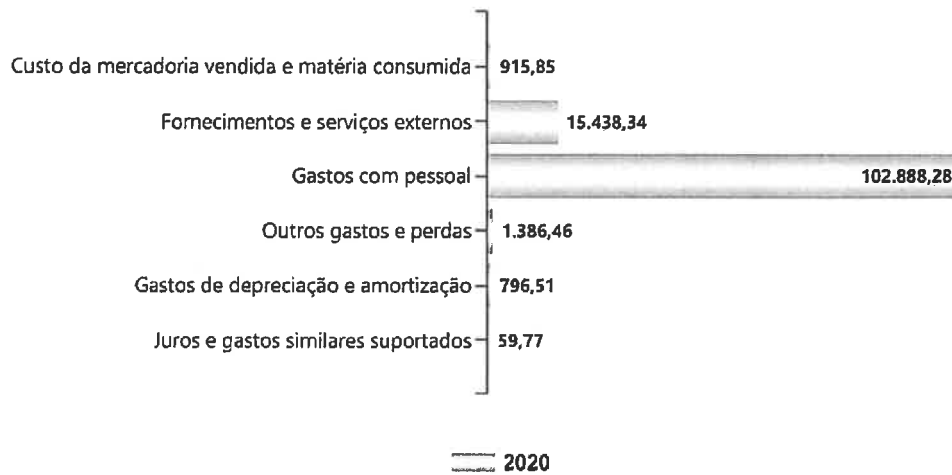


Estrutura de Rendimentos

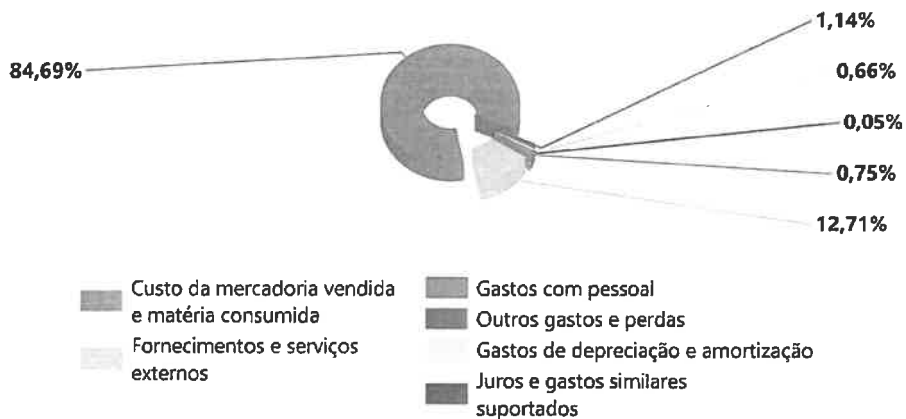


Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

Estrutura de Gastos



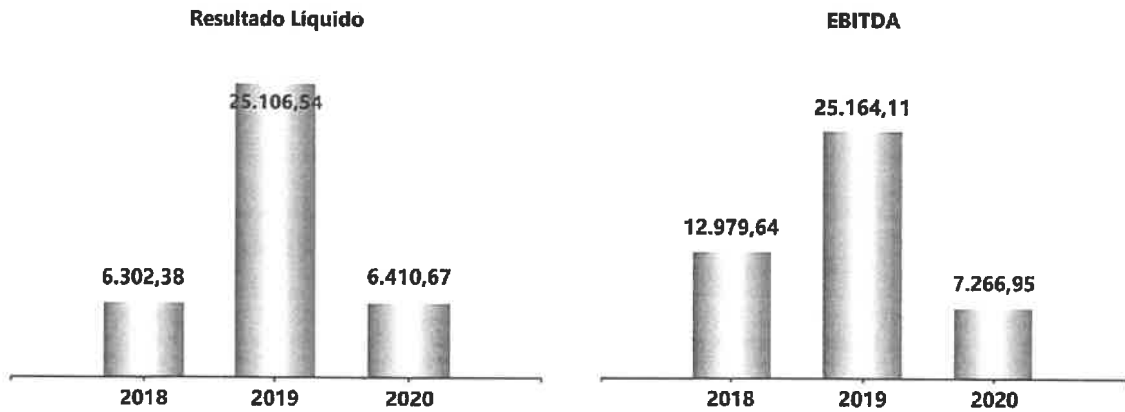
Estrutura de Gastos Percentual



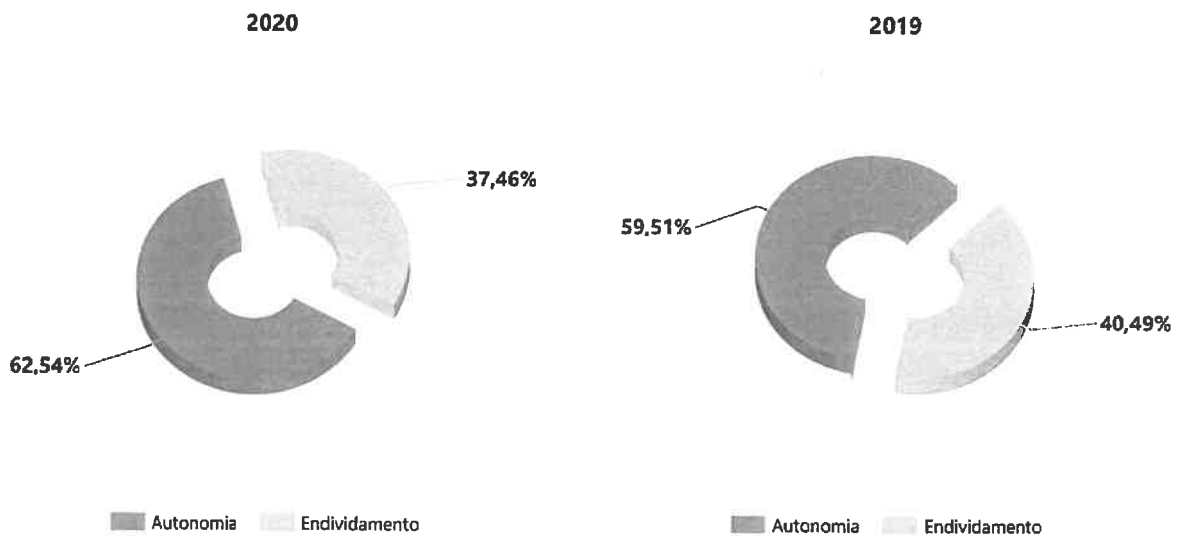
No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

RUBRICAS	PERIODOS		
	2020	2019	2018
Gastos com Pessoal	102.888,28	119.887,05	125.509,61
Nº Médio de Pessoas	7,00	9,00	9,00
Gasto Médio por Pessoa	14.698,33	13.320,78	13.945,51

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2020		2019	
Ativo não corrente	46.658,15	31 %	43.711,09	30 %
Ativo corrente	102.997,66	69 %	102.800,39	70 %
Total ativo	149.655,81		146.511,48	

RUBRICAS	2020		2019	
Capital Próprio	93.595,76	63 %	87.185,09	60 %
Passivo não corrente	0,00	0 %	0,00	0 %
Passivo corrente	56.060,05	37 %	59.326,39	40 %
Total Capital Próprio e Passivo	149.655,81		146.511,48	

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A Fundação D Teodora Felizarda Graça Vilhena Carvalho Fonseca no período económico findo em 31 de dezembro de 2020 realizou um resultado líquido de 6.410,67€, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	
ANO	2020
Resultados Transitados	6.410,67

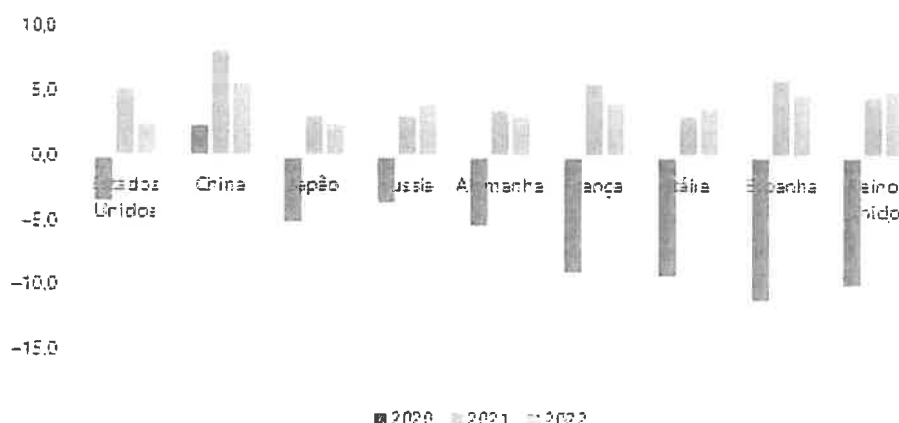
5 - Expetativas Futuras

As mais recentes projeções do FMI apontam para um crescimento de 5,5% para este ano e de 4,2% para o próximo ano, pressupondo por um lado uma ampla disponibilidade das vacinas nas economias avançadas e em alguns países emergentes durante o primeiro semestre de 2021 e na maioria dos países até à segunda metade de 2022, projetando também que as terapias e testes deverão tornar-se mais eficazes e mais acessíveis em todo o mundo durante este e o próximo ano, o que deverá reduzir a transmissão do vírus a nível local, prevendo-se que esta atinja valores muito baixos até ao final de 2022. Por outro lado, a velocidade de distribuição das vacinas não será idêntica entre todas as economias, o que levará a uma disparidade temporal no tocante ao começo da fase de recuperação económica entre os diversos países. Estas projeções também têm em consideração a possibilidade de novos confinamentos, inclusive para conter a transmissão de novas variações do vírus antes das vacinas estarem amplamente disponíveis.

Já o Banco Mundial criou dois cenários distintos nas suas projeções, onde, num cenário otimista, prevê para este ano um crescimento de 4% e para 2022 um crescimento de 3,8%. Num cenário mais adverso, com a permanência de novos surtos de COVID-19 e um processo de vacinação mais demorado, o Banco Mundial prevê uma taxa de crescimento de apenas 1,6% em 2021 e de 2,5% em 2022. Num cenário ainda mais severo, com um maior stress financeiro, o crescimento para 2021 poderá mesmo ser negativo.

Para as economias avançadas, o Banco Mundial prevê um crescimento de 3,3% para 2021 e 3,5% para 2022, projetando um período de baixos níveis de inflação e baixas taxas de juro, o que trará implicações relevantes tanto para as políticas monetárias como para as políticas fiscais.

Crescimento PIB Real (World Economic Outlook, janeiro 2020)



Para o continente europeu, o FMI projeta uma recuperação de 4,7% do PIB real em 2021, e a inflação deverá também recuperar para 2,4%. Contudo, o aumento das infeções no continente Europeu traz algumas incertezas a estas projeções. Por outro lado, as incertezas envoltas num não acordo do Brexit foram dissipadas com o acordo celebrado em dezembro do ano passado.

Para a zona euro, a recente terceira vaga do vírus SARS-Cov2 enfraqueceu as convicções de uma normalização da economia para o início deste ano. Ainda assim, o início dos programas de vacinação em muitos dos países membros ajudou a repor um pouco da confiança de que a pandemia terminará no final deste ano. Os reforços das políticas monetárias, fiscais e laborais que vêm sendo implementados desde junho de 2020 devem conseguir suportar a atividade económica e, nesse sentido, o BCE prevê uma recuperação de 4,4% para este ano e de 3,7% para o próximo, esperando que em 2022 o PIB real exceda os valores de 2019. Já em 2023, o crescimento deverá ser moderado, de 1,9%. A partir de 2025, o crescimento deverá manter-se estável, nos 1,4%.

Esperam-se recuperações mais positivas no tocante às exportações, no seguimento da recuperação da atividade económica dos principais parceiros comerciais, o que levará também a uma melhoria nos déficits destes países, o que poderá melhorar a sustentabilidade das suas dívidas soberanas. Assim, o foco para este ano será aumentar as exportações e os preços dos bens, assim como impulsionar o consumo privado e o investimento.

Apesar de tudo, esta crise também apresenta uma oportunidade para acelerar a mudança para um crescimento mais produtivo, sustentável e equitativo. O COVID-19 veio acelerar a Quarta Revolução Industrial, expandindo o e-commerce, o e-learning e o teletrabalho. Estas mudanças irão transformar a sociedade mesmo após a pandemia, prometendo trazer enormes benefícios – tais como a capacidade de adaptação ao trabalho/estudo remoto, assim como ao rápido desenvolvimento de vacinas. Por outro lado, também trazem riscos ao aumento da desigualdade, prejudicando as perspetivas de uma recuperação inclusiva.

Neste sentido, os países deverão cooperar entre si e, assim que esta crise termine, focar-se no longo prazo,

dando prioridade a problemas recorrentes como os baixos crescimentos de produtividade, o aumento da desigualdade e da pobreza, os elevados níveis de dívida, e na acumulação de capital humano, mas também redobrar os esforços na mitigação das alterações climáticas, assim como para resolver as tensões comerciais e tecnológicas atualmente existentes. É crucial a implementação de medidas de investimento sustentável, principalmente em novas tecnologias mais ecológicas, de forma a acelerar a recuperação económica e simultaneamente atingir os objetivos climáticos de longo prazo. Mais do que nunca, a cooperação global é extremamente importante, pois só através dela se conseguirá ultrapassar uma crise mundial e evitar que esta catástrofe se repita.

De acordo com o Banco de Portugal, as projeções para 2021 apontam para um crescimento do PIB nacional para os 3,9% e, num cenário mais otimista, para 5,9%. Já em 2022 prevê-se um crescimento de 4,5% (4,8% no segundo cenário), com a retoma da atividade económica aos níveis anteriores à crise pandémica. Já para 2023 projeta-se um crescimento de 2,4% (2% no segundo cenário). Este crescimento ficará acima da área do euro ao longo do horizonte de projeção, de acordo com estimativas do Eurosistema.

O impacto sem precedentes da pandemia de COVID-19 sobre a economia mundial e os mercados financeiros, trouxe consigo diversos riscos à estabilidade financeira, tais como potenciais episódios de volatilidade extrema nos mercados financeiros, o que poderá levar a reduções abrutadas no valor de ativos financeiros, assim como uma correção em baixa dos preços do imobiliário residencial. Também o agravamento da dívida das empresas e das famílias constitui uma vulnerabilidade no curto prazo, e no médio prazo o elevado endividamento das administrações públicas. De forma a mitigar os efeitos da pandemia e da preservação da estabilidade financeira, as medidas de apoio ao setor bancário e ao setor privado não financeiro devem articular-se e complementar-se, assegurando que esta crise económica não evolua para uma crise financeira.

Para 2021, deverá verificar-se uma recuperação parcial do investimento empresarial (FBCF empresarial), projetando-se um crescimento de 3,5%, com o maior contributo a vir dos transportes e armazenagem (3,4%) e, negativamente, das indústrias transformadoras (-1,9%). Quanto ao investimento total, este deverá atingir uma taxa de variação de +2,6% em 2021.

Quanto às exportações de bens e serviços, deverá registar-se uma recuperação ao longo do horizonte de projeção, com taxas de crescimento de 9,2% para este ano, 12,9% em 2022 e 6,7% para 2023, com uma recuperação mais demorada no tocante aos serviços. Também as importações terão o mesmo comportamento, com um aumento de 8,8% para este ano, 9,1% em 2022 e 5,1% em 2023, reflexo da recuperação na procura global ponderada.

Num quadro de prevalência de subutilização dos recursos produtivos e de baixa procura, as pressões descendentes sobre os preços deverão continuar a prevalecer ao longo deste ano, em especial nos setores ligados ao turismo. Juntamente com a manutenção das expectativas de inflação a níveis baixos, a taxa de inflação deverá situar-se nos 0,3% este ano, aumentando para 0,9% em 2022 e devendo atingir os 1,1% em 2023.

Ao longo do horizonte de projeção, espera-se ainda um aumento gradual do emprego, decorrentes da recuperação dos setores mais expostos aos contactos pessoais e ao turismo, devendo, contudo, somente alcançar os seus valores pré-pandemia no final de 2023. Ainda assim, projeta-se um aumento da taxa de desemprego durante este ano, para 8,8%, devendo nos anos seguintes diminuir gradualmente, para 8,1% em 2022 e 7,4% em 2023.

O consumo privado deverá crescer 3,9% este ano, 3,3% no ano seguinte e 1,1% em 2023, devendo assim atingir os valores pré-pandemia no final de 2022. No que respeita ao consumo público, projeta-se para este ano um aumento de 4,9% do consumo público, refletindo assim a retoma dos serviços públicos ao seu

normal funcionamento, devendo representar um valor elevado até 2023.

O saldo da balança corrente deverá registar um excedente neste e nos próximos anos, devendo atingir 2,7% do PIB no final do horizonte. É de elevada importância que se retome o processo de consolidação orçamental, de forma a reduzir a probabilidade de reavaliações do risco soberano associadas a dúvidas sobre a sustentabilidade da dívida pública. No curto prazo, derivado das medidas adotadas pelo BCE para mitigação do impacto da crise pandémica, os custos de financiamento do soberano deverão manter-se reduzidos.

A retoma da atividade projetada para este ano encontra-se condicionada pelo impacto da crise sobre a capacidade produtiva e pela necessária reafetação de recursos entre empresas e entre setores. O aumento do endividamento dos setores público e privado, assim como do risco de crédito coloca enormes desafios à economia portuguesa nos próximos anos. A atuação das políticas nacionais e supranacionais continuará a ter um papel fundamental na recuperação da resiliência da economia nacional, devendo promover a retoma do investimento e a correta afetação de recursos.

6 - Outras Informações

A Fundação D Teodora Felizarda Graça Vilhena Carvalho Fonseca não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a entidade não é detentora de quotas ou ações próprias.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2020.

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus administradores. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

7 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Fundação D Teodora Felizarda Graça Vilhena Carvalho Fonseca.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados, Anexo a Demonstração de Fluxos de Caixa.

ANEXO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Fundação D Teodora Felizarda Graça Vilhena Carvalho Fonseca

ANO : 2020

ÍNDICE

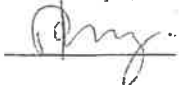
- 1 - Identificação da entidade**
 - 1.1 Dados de identificação
- 2 - Referencial contábilístico de preparação das demonstrações financeiras**
 - 2.1 Referencial contábilístico utilizado
 - 2.3 Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior
- 3 - Políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas e erros**
 - 3.1 Principais políticas contábilísticas
 - 3.6 Efeitos das alterações de políticas e estimativas contábilísticas bem como da detecção de erros nos períodos anterior, corrente e futuros, conforme quadro seguinte:
- 4 - Ativos fixos tangíveis**
 - 4.1 Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis
 - 4.1.1 Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:
 - 4.1.2 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:
- 7 - Inventários**
 - 7.1 Políticas contábilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada
 - 7.2 Quantia escriturada de inventários
 - 7.5 Outras divulgações
- 8 - Rendimentos e gastos**
 - 8.1 Políticas contábilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços
 - 8.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:
 - 8.3 Discriminação dos fornecimentos e serviços externos
 - 8.4 Outras divulgações sobre rendimentos e gastos
- 11 - Instrumentos financeiros**
 - 11.1 Base de mensuração e políticas contábilísticas adotadas na contabilização de instrumentos financeiros
 - 11.2 Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor
 - 11.3 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:
 - 11.9 Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:
 - 11.10 Outras divulgações
- 12 - Benefícios dos empregados**
 - 12.1 Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas
 - 12.3 Divulgações relativas a membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão
 - 12.4 Benefícios dos empregados e encargos da entidade

13 - Acontecimentos após a data do balanço

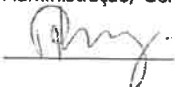
- 13.1 Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço
- 13.2 Outras divulgações

15 - Divulgações exigidas por diplomas legais

- 15.1 Quantia agregada do dispêndio de pesquisa e desenvolvimento reconhecido como um gasto durante o período
- 15.2 Informação por atividade económica
- 15.3 Informação por mercado geográfico
- 15.4 Outras divulgações exigidas por diplomas legais



Notas às Demonstrações Financeiras



1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: Fundação D Teodora Felizarda Graça Vilhena Carvalho Fonseca

Número de identificação de pessoa coletiva: 501934804

Lugar da sede social: Largo 27 de Agosto - Freixedas

Endereço eletrónico:

Página da internet:

Natureza da atividade: Associações culturais e recreativas

Designação da empresa mãe imediata (se aplicável):

Sede da empresa-mãe imediata (se aplicável):

Designação da empresa mãe final (se aplicável):

Sede da empresa-mãe final (se aplicável):

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foi utilizada a Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2020 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

---Indicação e comentário às contas que se encontrem nestas circunstâncias---

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Principais políticas contabilísticas

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

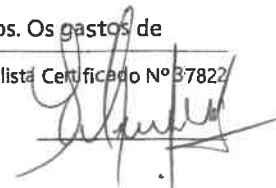
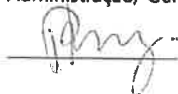
Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridos. Os gastos de



desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Os ativos intangíveis sem vida útil definida são amortizados num período máximo de 10 anos.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método do custo.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas por perdas por imparidade. Os dividendos recebidos e as coberturas de prejuízos efetuadas são registadas diretamente em rendimentos e gastos, respetivamente.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A Entidade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria coletável até 15000 euros. e à taxa de 21% na parte que exceda aquela quantia. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

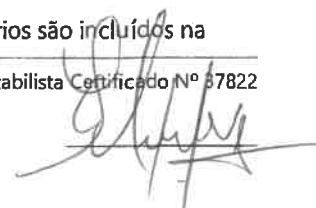
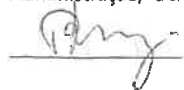
Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na



rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expetativas de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto 12 - Rédito da Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.6. Efeitos das alterações de políticas e estimativas contabilísticas bem como da detecção de erros nos períodos anterior, corrente e futuros, conforme quadro seguinte:

Descrição	Norma	Efeitos no período anterior	Efeitos no período corrente	Efeitos em períodos seguintes
Aplicação inicial de uma norma				
Alteração voluntária políticas contabilísticas				
Alteração estimativas contabilísticas				
Erros materiais				
Total				

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

4.1.1. Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Terrenos e recursos naturais	Custo aquisição			
Edifícios e outras construções	Custo aquisição	Quotas constantes	10 a 20 anos	
Equipamento básico	Custo aquisição	Quotas constantes	5 a 8 anos	
Equipamento de transporte	Custo aquisição	Quotas constantes		
Equipamento administrativo	Custo aquisição	Quotas Constantes	3 a 8 anos	
Equipamentos biológicos				
Outros ativos fixos tangíveis	Custo aquisição	Quotas Constantes		

Divulgar os montantes e a natureza dos bens do patrimônio histórico, artístico e cultural.

4.1.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início		158.826,93	67.992,54	22.955,00	35.747,42		30.967,42			316.489,3
Depreciações acumuladas		118.874,76	65.641,47	22.955,00	35.747,52		29.865,97			273.084,7
Saldo no início do período		39.952,17	2.351,07		(0,10)		1.101,45			43.404,5
Variações do período		3.000,00	(600,38)		392,33					2.791,9
Total de aumentos										
Total diminuições		536,00	64,38		196,13					796,5
Depreciações do período		536,00	64,38		196,13					796,5
Outras transferências		3.536,00	(536,00)		588,46					3.588,4
Saldo no fim do período		42.952,17	1.750,69		392,23		1.101,45			46.196,5
Valor bruto no fim do período		161.826,93	67.992,54	22.955,00	36.335,88		30.967,42			320.077,7
Depreciações acumuladas no fim do período		118.874,76	66.241,85	22.955,00	35.943,65		29.865,97			273.881,2

Quadro comparativo:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início		141.746,93	66.872,54	22.955,00	35.747,42		30.967,42			298.289,3
Depreciações acumuladas		118.874,76	65.641,47	22.955,00	35.747,52		29.865,97			273.084,7
Saldo no início do período		22.872,17	1.231,07		(0,10)		1.101,45			25.204,5
Variações do período		17.080,00	1.120,00							18.200,0
Total de aumentos										
Total diminuições										
Outras transferências		17.080,00	1.120,00							18.200,0
Saldo no fim do período		39.952,17	2.351,07		(0,10)		1.101,45			43.404,5
Valor bruto no fim do período		158.826,93	67.992,54	22.955,00	35.747,42		30.967,42			316.489,3
Depreciações acumuladas no fim do período		118.874,76	65.641,47	22.955,00	35.747,52		29.865,97			273.084,7

7 - Inventários

7.1. Políticas contábilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

7.2. Quantia escriturada de inventários

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais		150,00	150,00			
Compras		960,85	960,85		1.911,32	1.911,32
Reclassificação e regularização de inventários						
Inventários finais		195,00	195,00		150,00	150,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		915,85	915,85		1.761,32	1.761,32
OUTRAS INFORMAÇÕES						

7.5. Outras divulgações

8 - Rendimentos e gastos

8.1. Políticas contábilísticas adotadas para o reconhecimento do réditto incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

8.2. Quantia de cada categoria significativa de réditto reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Vendas de bens		4.769,64
Prestação de serviços	18.564,95	26.169,59
Total	18.564,95	30.939,23

8.3. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Serviços especializados	4.115,96	7.797,25
Trabalhos especializados	722,50	891,46
Vigilância e segurança	206,15	136,94
Honorários	1.300,00	2.261,50
Conservação e reparação	1.887,31	4.507,35
Materials	517,12	1.211,41
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	103,13	237,95
Material de escritório	79,80	324,20
Outros	334,19	649,26
Energia e fluidos	4.442,21	7.118,65
Eletricidade	2.352,91	3.422,78
Combustíveis	1.913,23	3.466,00
Água	176,07	229,87
Serviços diversos	6.363,05	4.169,41
Rendas e alugueres	281,52	
Comunicação	1.249,50	10,60
Seguros	1.574,18	1.451,63
Limpeza, higiene e conforto	3.229,66	2.678,38
Outros serviços	28,19	28,80
Total	15.438,34	20.296,72

8.4. Outras divulgações sobre rendimentos e gastos

11 - Instrumentos financeiros

11.1. Base de mensuração e políticas contabilísticas adotadas na contabilização de instrumentos financeiros

Divulgar bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

11.2. Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor

Divulgar ainda a seguinte informação :

- Principais pressupostos subjacentes aos modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites, utilizados para a mensuração dos instrumentos financeiros relativamente aos quais não é facilmente identificável um mercado líquido e regulamentado

- Volume e natureza de cada categoria de instrumentos financeiros derivados, principais modalidades, e condições que possam afetar o montante, o calendário e o grau de certeza dos fluxos de caixa futuros.

Cotação Mercado	Justo Valor	J. V. em Resultados	J. V. em C. P.	Volume

11.3. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	178.630,56			178.630,56
Reservas	670,00			670,00
Outras reservas	670,00			670,00
Resultados transitados	(117.222,01)		25.106,54	(92.115,47)
Total	62.078,55		25.106,54	87.185,09

Quadro comparativo:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	178.630,56			178.630,56
Reservas	670,00			670,00
Reservas legais	670,00		(670,00)	
Outras reservas			670,00	670,00
Resultados transitados	(122.479,30)		5.257,29	(117.222,01)
Total	56.821,26		5.257,29	62.078,55

11.9. Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Divulgar bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contábilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

Divulgar bases de determinação do justo valor (e.g. cotação de mercado, quando ele existe, ou a técnica de avaliação) para todos os ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao justo valor.

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:					
Passivos financeiros:					
Ganhos e perdas líquidos:					
Rendimentos e gastos de juros:					

Quadro comparativo:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:					
Passivos financeiros:					
Ganhos e perdas líquidos:					
Rendimentos e gastos de juros:					

11.10. Outras divulgações




12 - Benefícios dos empregados**12.1. Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas**

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa				
Pessoas remuneradas				
Pessoas não remuneradas				
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário				
Pessoas a tempo completo				
(das quais pessoas remuneradas)				
Pessoas na tempo parcial				
(das quais pessoas remuneradas)				
Pessoas ao serviço da empresa por sexo				
Masculino				
Feminino				
Pessoas ao serviço da empresa afetas a I&D				
Prestadores de serviços				
Pessoas colocadas por agências de trabalho temporário				

Divulgar ainda o número de membros dos órgãos diretivos e alterações ocorridas no período de relato financeiro.

Informação sobre as remunerações dos órgãos diretivos.

12.3. Divulgações relativas a membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão

Divulgar:

- Quantias dos adiantamentos e dos créditos concedidos, taxas de juro, principais condições e quantias reembolsadas, amortizadas ou objeto de renúncia

- Compromissos assumidos em seu nome a título de garantias de qualquer natureza, e quantia global para cada categoria.

Remunerações dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão

12.4. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	102.888,28	119.887,05
Remunerações do pessoal	75.415,72	96.776,33
Encargos sobre as remunerações	16.215,42	21.082,20
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	1.000,63	1.502,02
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	10.256,51	526,50

13 - Acontecimentos após a data do balanço

13.1. **Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço**

13.2. **Outras divulgações**

15 - Divulgações exigidas por diplomas legais

15.1. **Quantia agregada do dispêndio de pesquisa e desenvolvimento reconhecido como um gasto durante o período**

15.2. **Informação por atividade económica**

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas		
Prestações de serviços	18.564,95	18.564,95
Compras	960,85	960,85
Fornecimentos e serviços externos	15.438,34	15.438,34
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	915,85	915,85
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	915,85	915,85
Número médio de pessoas ao serviço	7,00	7,00
Gastos com o pessoal	102.888,28	102.888,28
Remunerações	75.415,72	75.415,72
Outros gastos	27.472,56	27.472,56
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	46.196,54	46.196,54
Propriedades de investimento		

Quadro comparativo:




Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas	4.769,64	4.769,64
De mercadorias	4.769,64	4.769,64
Prestações de serviços	26.169,59	26.169,59
Compras	1.911,32	1.911,32
Fornecimentos e serviços externos	20.296,72	20.296,72
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	1.761,32	1.761,32
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1.761,32	1.761,32
Número médio de pessoas ao serviço	9,00	9,00
Gastos com o pessoal	119.887,05	119.887,05
Remunerações	96.776,33	96.776,33
Outros gastos	23.110,72	23.110,72
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	43.404,59	43.404,59
Propriedades de Investimento		

15.3. Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra- comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	18.564,95			18.564,95
Compras	960,85			960,85
Fornecimentos e serviços externos	15.438,34			15.438,34
Rendimentos suplementares:	90,89			90,89
Outros rendimentos suplementares	90,89			90,89

Quadro comparativo:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra- comunitário	Total
Vendas	4.769,64			4.769,64
Prestações de serviços	26.169,59			26.169,59
Compras	1.911,32			1.911,32
Fornecimentos e serviços externos	20.296,72			20.296,72
Rendimentos suplementares:	416,77			416,77
Serviços sociais	416,77			416,77

15.4. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados. Não existem acordos de regularização de dívidas.

- Dívidas à Segurança Social em mora

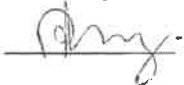
A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados. Não existem acordos de regularização de dívidas.

- Prémios sobre os resultados com base em ações

A Entidade não distribuiu qualquer prémio sobre os resultados com base em ações, conforme resulta da proposta de aplicação dos resultados do órgão de gestão.

- Ações próprias

A Entidade não detém ações próprias, nem efetuou quaisquer transações com ações próprios durante o período económico a que respeitam as demonstrações financeiras.



**Demonstração dos Fluxos de Caixa - (modelo
para ESNL) do período findo em 31-12-2020
(montantes em euros)**

**Fundação D Teodora Felizarda Graça
Vilhena Carvalho Fonseca**

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2020	2019
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		18.564,95	30.939,23
Pagamentos a fornecedores		15.884,59	22.901,11
Pagamentos ao pessoal	12	102.888,28	119.887,05
Caixa gerada pelas operações		(100.207,92)	(111.848,93)
Outros recebimentos/pagamentos		103.750,22	116.896,36
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		3.542,30	5.047,43
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	4	3.588,46	
Recebimentos provenientes de:			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(3.588,46)	
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Juros e gastos similares</i>		59,77	57,57
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(59,77)	(57,57)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(105,93)	4.989,86
Caixa e seus equivalentes no início do período		17.150,39	12.160,53
Caixa e seus equivalentes no fim do período		17.044,46	17.150,39

Administração / Gerência



Contabilista Certificado Nº 37822



**Demonstração dos Resultados por Naturezas -
(modelo para ESNL) do período findo em 31-12-
2020
(montantes em euros)**

**Fundação D Teodora Felizarda Graça
Vilhena Carvalho Fonseca**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	8	18.564,95	30.939,23
Subsídios, doações e legados à exploração		109.155,26	135.897,17
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(915,85)	(1.761,32)
Fornecimentos e serviços externos	8	(15.438,34)	(20.296,72)
Gastos com o pessoal	12	(102.888,28)	(119.887,05)
Outros rendimentos	8	175,67	416,77
Outros gastos		(1.386,46)	(143,97)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		7.266,95	25.164,11
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(796,51)	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		6.470,44	25.164,11
Juros e gastos similares suportados		(59,77)	(57,57)
Resultado antes de impostos		6.410,67	25.106,54
Resultado líquido do período		6.410,67	25.106,54

Administração / Gerência



Contabilista Certificado Nº 57822




Balço - (modelo para ESNL) em 31-
12-2020
(montantes em euros)

Fundação D Teodora Felizarda Graça Vilhena
Carvalho Fonseca

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2020	2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	46.196,54	43.404,59
Outros créditos e ativos não correntes		461,61	306,50
		46.658,15	43.711,09
Ativo corrente			
Inventários	7	195,00	150,00
Créditos a receber	11	85.758,20	85.500,00
Caixa e depósitos bancários		17.044,46	17.150,39
		102.997,66	102.800,39
Total do ativo		149.655,81	146.511,48
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11	178.630,56	178.630,56
Reservas		670,00	670,00
Resultados transitados		(92.115,47)	(117.222,01)
Resultado líquido do período		6.410,67	25.106,54
Total dos fundos patrimoniais		93.595,76	87.185,09
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	11	5.791,38	6.260,98
Estado e outros entes públicos		2.206,49	3.384,52
Outros passivos correntes	11;12	48.062,18	49.680,89
		56.060,05	59.326,39
Total do passivo		56.060,05	59.326,39
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		149.655,81	146.511,48

Administração / Gerência



Contabilista Certificado Nº 37822



Balancete analítico em 31-12-2020
(montantes em euros)

Fundação D Teodora Felizarda Graça
Vilhena Carvalho Fonseca

Conta SNC	Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Líquido
1	MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	17.044,46		17.044,46
11	Caixa	267,22		267,22
12	Depósitos à ordem	16.777,24		16.777,24
2	CONTAS A RECEBER E A PAGAR	85.758,20	56.060,05	29.698,15
21	Cientes e utentes	258,20		258,20
211	Cientes e utentes c/c	258,20		258,20
2111	Cientes gerais	258,20		258,20
22	Fornecedores		5.791,38	(5.791,38)
221	Fornecedores c/c		5.791,38	(5.791,38)
2211	Fornecedores gerais		5.791,38	(5.791,38)
23	Pessoal		4.569,09	(4.569,09)
231	Remunerações a pagar		4.569,09	(4.569,09)
2312	Ao pessoal		4.569,09	(4.569,09)
24	Estado e outros entes públicos		2.206,49	(2.206,49)
242	Retenção de impostos sobre rendimentos		357,00	(357,00)
245	Contribuições para a Segurança Social		1.843,14	(1.843,14)
248	Outras tributações		6,35	(6,35)
27	Outras contas a receber e a pagar	85.500,00	43.493,09	42.006,91
272	Devedores e credores por acréscimos (per. econ.)	15.500,00	6.432,00	9.068,00
2721	Devedores por acréscimos de rendimentos	15.500,00		15.500,00
2722	Credores por acréscimos de gastos		6.432,00	(6.432,00)
278	Outros devedores e credores	70.000,00	37.061,09	32.938,91
3	INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS	195,00		195,00
33	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	195,00		195,00
331	Matérias-primas	195,00		195,00
4	INVESTIMENTOS	320.539,38	273.881,23	46.658,15
41	Investimentos financeiros	461,61		461,61
415	Outros investimentos financeiros	461,61		461,61
4157	Outros investimentos financeiros - FCT	461,61		461,61
43	Ativos fixos tangíveis	320.077,77	273.881,23	46.196,54
433	Outros ativos fixos tangíveis	320.077,77	273.881,23	46.196,54
4332	Edifícios e outras construções	161.826,93		161.826,93
4333	Equipamento básico	67.992,54		67.992,54
4334	Equipamento de transporte	22.955,00		22.955,00
4335	Equipamento administrativo	36.335,88		36.335,88
4337	Outros ativos fixos tangíveis	30.967,42		30.967,42
4338	Depreciações acumuladas		273.881,23	(273.881,23)
43382	Edifícios e outras construções		118.874,76	(118.874,76)
43383	Equipamento básico		66.241,85	(66.241,85)

Administração / Gerência



Contabilista Certificado N.º 37822



Balancete analítico em 31-12-2020
(montantes em euros)

Fundação D Teodora Felizarda Graça
Vilhena Carvalho Fonseca

Conta SNC	Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Líquido
43384	Equipamento de transporte		22.955,00	(22.955,00)
43385	Equipamento administrativo		35.943,65	(35.943,65)
43387	Outros ativos fixos tangíveis		29.865,97	(29.865,97)
5	FUNDOS PATRIMONIAIS	92.115,47	179.300,56	(87.185,09)
51	Fundos		178.630,56	(178.630,56)
55	Reservas		670,00	(670,00)
552	Outras reservas		670,00	(670,00)
56	Resultados transitados	92.115,47		92.115,47
6	GASTOS	121.485,21		121.485,21
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	915,85		915,85
612	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	915,85		915,85
62	Fornecimentos e serviços externos	15.438,34		15.438,34
622	Serviços especializados	4.115,96		4.115,96
6221	Trabalhos especializados	722,50		722,50
6223	Vigilância e segurança	206,15		206,15
6224	Honorários	1.300,00		1.300,00
6226	Conservação e reparação	1.887,31		1.887,31
623	Materiais	517,12		517,12
6231	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	103,13		103,13
6233	Material de escritório	79,80		79,80
6238	Outros	334,19		334,19
624	Energia e fluidos	4.442,21		4.442,21
6241	Eletricidade	2.352,91		2.352,91
6242	Combustíveis	1.913,23		1.913,23
6243	Água	176,07		176,07
626	Serviços diversos	6.363,05		6.363,05
6261	Rendas e alugueres	281,52		281,52
6262	Comunicação	1.249,50		1.249,50
6263	Seguros	1.574,18		1.574,18
6267	Limpeza, higiene e conforto	3.229,66		3.229,66
6268	Outros serviços	28,19		28,19
63	Gastos com o pessoal	102.888,28		102.888,28
632	Remunerações do pessoal	75.415,72		75.415,72
635	Encargos sobre remunerações	16.215,42		16.215,42
636	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profiss	1.000,63		1.000,63
638	Outros gastos com o pessoal	10.256,51		10.256,51
64	Gastos de depreciação e de amortização	796,51		796,51
642	Ativos fixos tangíveis	796,51		796,51
6422	Edifícios e outras construções	536,00		536,00

Administração / Gerência



Contabilista Certificado Nº 37822



Balancete analítico em 31-12-2020
(montantes em euros)

Fundação D Teodora Felizarda Graça
Vilhena Carvalho Fonseca

Conta SNC	Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Líquido
6423	Equipamento básico	64,38		64,38
6425	Equipamento administrativo	196,13		196,13
68	Outros gastos	1.339,66		1.339,66
681	Impostos	11,72		11,72
6812	Impostos indiretos	11,72		11,72
688	Outros	1.327,94		1.327,94
6881	Correções relativas a períodos anteriores	1.252,94		1.252,94
6888	Outros não especificados	75,00		75,00
69	Gastos de financiamento	106,57		106,57
691	Juros suportados	59,77		59,77
6911	Juros de financiamentos obtidos	59,77		59,77
698	Outros gastos de financiamento	46,80		46,80
6988	Outros	46,80		46,80
7	RENDIMENTOS		127.895,88	(127.895,88)
72	Prestações de serviços		18.564,95	(18.564,95)
721	Quotas dos utilizadores		18.564,95	(18.564,95)
75	Subsídios, doações e legados à exploração		109.155,26	(109.155,26)
751	Subsídios do Estado e outros entes públicos		109.155,26	(109.155,26)
78	Outros rendimentos		175,67	(175,67)
781	Rendimentos suplementares		90,89	(90,89)
7816	Outros rendimentos suplementares		90,89	(90,89)
782	Descontos de pronto pagamento obtidos		0,11	(0,11)
787	Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		84,67	(84,67)
7878	Outros rendimentos		84,67	(84,67)
8	RESULTADOS			
	Total	637.137,72	637.137,72	0,00

Administração / Gerência



Contabilista Certificado Nº 37822



